

# ABAIXO A DITADURA: MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL EM 1968

Lucas Marcelo Tomaz de Souza <sup>1</sup>

## RESUMO

Entre 1967 e 1968, um ciclo de protestos contra a ditadura militar brasileira desaguou em um dos maiores movimentos sociais da história do país, conhecido como *Passeata dos Cem Mil*. O objetivo desse artigo passa por analisar a maneira como se condensaram diferentes segmentos sociais em uma manifestação desse porte, o repertório de protesto utilizado pelos manifestantes, as estruturas políticas que possibilitaram esse enfrentamento e as disputas simbólicas entre os opositores até o momento da Passeata.

**Palavras-chave:** *Passeata dos Cem Mil*, *Movimentos sociais*, *Ditadura Militar*.

## DOWN THE DICTATORSHIP: SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL IN 1968

## ABSTRACT

Between 1967 and 1968, a cycle of protests against the Brazilian military dictatorship broke out in one of the largest social movements in the country's history, known as *Passeata dos Cem Mil*. The objective of this article is analyze how different social segments were condensed into a manifestation of this size, the protest repertoire used by the protester, the political structures that allowed this confrontation and the symbolic disputes between the opposition up to the time of the Manifestation.

**Key words:** *Passeata dos Cem Mil*, *Social Movements*, *Military Dictatorship*.

## ABAJO LA DICTADURA: MOVIMIENTOS SOCIALES EN BRASIL EN 1968

## RESUMEN

Entre 1967 y 1968, un ciclo de protestas contra la dictadura militar brasileña desaguó en uno de los más grandes movimientos sociales de la historia del país, conocido como *Passeata dos Cem Mil*. El objetivo de este artículo es analizar la manera como se condensó diferentes segmentos sociales en una manifestación de ese porte, el repertorio de protesta utilizado por los manifestantes, las estructuras políticas que posibilitaran ese enfrentamiento y las disputas simbólicas entre los opositores hasta el momento de la manifestación.

**Palabras clave:** *Passeata dos Cem Mil*, *Movimientos sociales*, *Dictadura Militar*.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

## Introdução e debate teórico

O mundo assistiu, durante a década de 1960, o surgimento de manifestações populares cujas principais demandas e participantes não se encaixavam nos esquemas teóricos até então existentes. O modelo clássico marxista do século XIX, que fundamentava sua análise dos movimentos sociais nas desigualdades materiais e nas contradições classistas geradas pelo sistema capitalista, não mais conseguia abarcar os fenômenos sociais de massa que se irrompem no final da década de 1960 (PICOLOTTO, 2007).

Segmentos sociais estranhos às explicações economicistas se agrupavam em manifestações de massa que despertavam a atenção da mídia, de intelectuais de direita e esquerda, de partidos e instituições políticas, enfim, da sociedade em geral. Segundo Eric Hobsbawm (1995), a juventude, principalmente aquela ligada aos meios universitários, surge, durante a década de 1960, como classe “autônoma” e “consciente de si”, protagonista de grandes manifestações públicas fora da tutela partidária. Estranho às explicações clássicas do século XIX, este agrupamento social não se coadunou no “chão da fábrica” e muito menos se empenhou em causas estritamente políticas de controle estatal. Suas principais demandas se ligavam a sentimentos e desejos privados, ânsias individuais proibidas ou malvistas socialmente (HOBSBAWM, 1995, p. 325).

Nos anos de 1960, irromperam também movimentos de ordem ética e identitária, como os movimentos pelos direitos civis norte-americanos e os movimentos feministas, cujos ideais se propagavam pelo mundo. Tais manifestações traziam em comum a ausência de um movimento de classe claramente definido, prioridade por demandas ligadas à justiça social e dignidade, utilização de novos canais de participação política e mecanismos de mobilização, diferenciação em suas estruturas organizacionais, variação nos mecanismos de protesto e no foco das manifestações (GOIRAND, 2009). A continuidade das mobilizações e o local onde estas se originaram - grandes centros urbanos de países desenvolvidos - iriam colocar em xeque as chamadas teorias da desmobilização, que obtiveram grande reconhecimento,

principalmente nos EUA, entre os anos de 1930 e 1950 (ALONSO, 2009). As críticas à sociedade de massas, feitas pelos teóricos da Escola de Frankfurt, fundamentadas em psicologias de grupo, iriam ressaltar os aspectos negativos das manifestações populares, como fenômenos de ressurgimento do totalitarismo. Já o funcionalismo parsoniano iria chamar atenção para o aspecto individualista e narcísico que motivavam estas manifestações. Segundo Maria da Glória Gohn (2004), estas teorias que se empenharam em explicar os movimentos sociais, até a década de 1960, entendiam tais fenômenos como resultado de um período de transição, crise de regras, fenômenos episódicos derivados de uma anomia social. Neste sentido, essas teorias da desmobilização iriam convergir em abordagens psicologistas e individualistas dos movimentos sociais, entendidos como “respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava” (GOHN, 2004, p. 24).

Todavia, as características desses movimentos colocariam esta análise sobre a perspectiva individualista e irracional das manifestações em xeque. O que se via era uma movimentação de pessoas com demandas solidárias, em manifestações pacíficas, organizadas e concatenadas. Vê-se, portanto, a necessidade de um novo arsenal teórico, tanto para análise, quanto para explicação destes movimentos sociais.

Capitaneada por John McCarthy e Mayer Zald (1977), a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) iria exaltar o lado racional dos movimentos sociais. Refutando os paradigmas anteriores, que enfatizavam os aspectos psicossociais e os ressentimentos entorno dos movimentos sociais, a TMR passa a explicá-los pela óptica comportamentalista organizacional. Entendidos como grupos de interesses, os movimentos sociais passaram a ser vistos como instituições burocráticas, analisadas através de ferramentas conceituais e linguísticas provenientes das ciências econômicas.

A TMR enfocou em sua análise bem mais o processo de mobilização do que propriamente suas razões originárias. Assim como os partidos políticos e as empresas, os movimentos sociais se estruturariam em hierarquias específicas,

criando normas e regras internas, elegendo líderes e formando especialistas (MCCARTHY; ZALD, 1977). O engajamento individual em um movimento se daria, segundo esta teoria, pelo cálculo racional dos recursos – materiais e simbólicos – em posse dos indivíduos. O sucesso de um movimento seria resultado do grau de organização e dos recursos obtidos (financeiros, humanos ou de comunicação) nas disputas com outros movimentos.

A TMR alcançou, durante a década de 1970, grande reconhecimento, principalmente nos EUA, no entanto, ela começou a acumular críticas no início dos anos 1980, sob três crivos básicos. O primeiro deles diz respeito ao aspecto exageradamente racional pela qual a TMR enxerga os movimentos sociais, não levando em conta valores de ordem emocional e sentimental, ou seja, aspectos menos premeditados das escolhas individuais. O segundo, pela pouca – para não dizermos quase nenhuma – valorização dos fenômenos de ordem cultural presentes em uma dada mobilização. E o terceiro, pela análise conjuntural dos movimentos, sem vinculá-los a “macroestruturas ou situá-los em processos de mais longo alcance” (ALONSO, 2009, p. 53). Para Jean Cohen (1985), a TMR, ao privilegiar uma lógica de custo e benefício dos movimentos sociais, deixou de lado fatores de ordem cultural, valores, normas, ideologias e identidade dos grupos analisados.

As teorias que se seguiram à TMR iriam privilegiar mais especificamente as estruturas de oportunidades políticas por trás de um movimento (Teoria do Processo Político) e os aspectos culturais e emocionais em ordem nestas manifestações (Teoria dos Novos Movimentos Sociais).

A Teoria do Processo Político (TPP) vai se desenvolvendo, no final dos anos 1970, tendo em vista a reformulação de certos preceitos da teoria marxista, aliados as já conhecidas premissas da MR. A fim de dar uma explicação mais histórica e política aos movimentos sociais, autores como Charles Tilly (2006) e Sidney Tarrow (2009) se concentraram em analisar recursos independentes dos agentes, capazes de incentivar os movimentos sociais. Tilly e Tarrow (2006) trabalham com o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, que visa entender

certas dimensões estruturais que se abrem aos atores, desprovidos de recursos políticos, capazes de incentivá-los ou inibi-los no engajamento em um movimento social. Para o autor, as pessoas se engajariam em confrontos políticos quando se modificam os padrões de oportunidades e restrições políticas capazes de favorecer a mobilização coletiva (TARROW, 2009).

A abertura que a TPP dá à cultura repousa, principalmente, no conceito de “repertório de ação coletiva”. Este conceito chama atenção para as práticas históricas e culturais depositadas nos movimentos sociais, capazes de superar determinadas carências de recursos e comunicação, onde os mecanismos de confronto se orientariam por meio dos costumes socioculturais de uma dada sociedade (TARROW, 2009).

Ao conceituar o moderno movimento social, Sidney Tarrow (2009) afirma que as manifestações populares anteriores ao século XVIII se caracterizavam pelo caráter provinciano, breve, setorial, valendo-se de um repertório intimamente relacionado aos objetivos especificamente ambicionados. Com o surgimento da comunicação impressa, expansão das estradas, crescimento das associações privadas e, principalmente, a consolidação do moderno Estado nacional, no final do século XVIII, esta antiga forma de confronto mudaria radicalmente. A moderna ação coletiva teria um caráter mais cosmopolita, modular, autônomo das reivindicações e dos antagonismos dos atores, com amplos quadros interpretativos e diferentes repertórios de confronto. O desenvolvimento do Estado assumiria, portanto, um papel central no surgimento do moderno movimento social por ser capaz de criar fortes redes e laços de identidade coletiva, consolidando um opositor comum, contra quem se direcionaria demandas similares.

Um dos conceitos centrais desenvolvidos pela TPP seria o de “ciclos de confronto”. O confronto político estaria ligado à união de pessoas com objetivos comuns, juntando forças contra elites e autoridades. Este tipo de confronto remontaria desde o princípio da história. O movimento social já seria uma ação mais coordenada, organizada e frequente, um fenômeno da idade moderna que coincide com a consolidação

do Estado nacional. Portanto, o movimento social surge de uma interação sustentada entre opositores, onde os atores, desprovidos de recursos políticos, criam entre si densas redes de solidariedade, irrompendo em “ciclos de confronto” – frequência e constância em que se faz uma ação coletiva – definindo-os como um movimento social (TARROW, 2009).

Outra corrente teórica que ganhou importância na análise dos movimentos sociais ficou conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Apesar de ter se consagrado como corrente distinta, existe entre a TPP e a TNMS uma série de proximidades e conceitos comuns, retrabalhados e pensados sob prismas um pouco diferenciados. Assim como a TPP não se desvencilhou por completo de certos preceitos da TMR, a TNMS carrega em seu arsenal teórico algumas proximidades com a TPP, dando um novo tom aos seus conceitos centrais.

A TNMS se caracteriza pelo afastamento do paradigma tradicional marxista e das lógicas racionalistas de escolhas estratégicas, dando corpo a uma visão mais cultural dos movimentos sociais. A TNMS coloca no campo de discussão o plano subjetivo, emocional, sentimental, ou seja, escolhas menos premeditadas que se envolvem em um movimento. Esta teoria tem entre seus principais nomes Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, entre outros. Estes autores partiram para criação de esquemas interpretativos que focavam mais o plano cultural, as lutas sociais cotidianas, as redes de solidariedade entre os atores e o processo de identidade criado pelos grupos (GOHN, 2004). Nesta perspectiva, os movimentos são vistos mais sob a óptica das interações psicossociais entre os agentes do que propriamente através das vulnerabilidades políticas externas dos opositores.

Na TNMS as explicações dos movimentos descem do plano macro político e entram na esfera micro relacional dos agentes. A própria idéia de “estruturas de oportunidades políticas”, conceito caro à TPP, passa a ser pensada na TNMS como percepção e interpretação de oportunidades (MELUCCI, 1996). A ação coletiva, para Melucci (1996), não é gerada nem explicada pelas causas estruturais especificamente, mas pelas interações entre os agentes, interpretações individuais da

realidade estabelecida durante a interação, os investimentos emocionais aí envolvidos e pela prática grupal efetiva que irão promover. A ideia de “rede”, presente na TPP, também não foi abandonada por Melucci (1996), no entanto, sua abordagem analítica é bastante diferenciada. Enquanto Tarrow trata as “redes” em um ambiente mais político e estrutural, geradoras de uma solidariedade em que Estado moderno possui papel fundamental, Melucci parte para uma abordagem mais psicossocial desse fenômeno. Portanto, na TNMS, as redes cumpririam o papel das “estruturas de mobilização” sob um viés mais interativo e psicológico, uma vez que supririam as deficiências de comunicação, criariam identidades coletivas e encorajariam a mobilização, etc.

O conceito de “identidade coletiva”, desenvolvido principalmente por Alberto Melucci, acabou se tornando uma peça-chave nas análises dos movimentos sociais. O conceito vem dar conta das estruturas duradouras criadas entre os atores sociais, em um processo contínuo e relacional, capazes de estabelecer densos laços emocionais e afetivos, promotores de um reconhecimento social entre os membros do grupo. Neste sentido, a “identidade coletiva” não se fundamenta em estruturas macro políticas já existentes, mas em interações, relações e representações cujos cálculos racionais não seriam capazes de mensurar. Segundo Melucci (1996, p. 70): “Identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar”.

Alguns teóricos dos NMS apontam para uma crítica social que se tornaria determinante para os estudos sobre os movimentos sociais. Autores como Alain Touraine, Junger Habermas e Alberto Melucci convergiram ao apontar uma modificação macroestrutural do capitalismo ao longo do século XX, que tiraria o foco de dominação da produção industrial e do trabalho, modificando a natureza das mobilizações coletivas (ALONSO, 2009).

Junger Habermas (1984) evidencia uma hipertrofia do estado, que passou a legislar sobre a esfera privada, fazendo dela assunto da política,

interesse da vida pública e, conseqüentemente, objeto de litígio. A ação do *Welfare State* acabou por apaziguar os conflitos materiais entre burguesia e proletariado, tomando para si os interesses opostos por meio das políticas de direitos sociais e civis. Ao mediar este conflito o Estado cresce, aumenta sua importância, se torna mais complexo e amplia sua esfera de ação. Nesta perspectiva, o Estado passa a legislar sobre a esfera privada, burocratizando o que Habermas chamou de “mundo da vida”.

O “mundo da vida” corresponde ao âmbito das práticas culturais e tradicionais, utilizadas pelos indivíduos em suas práticas cotidianas. O oposto ao “mundo da vida” seria o “sistema econômico”, que engloba diversas formas jurídicas, institucionais e empresariais, dotadas de lógica e dinâmica próprias. Com o processo de modernização e hipertrofia do Estado, haveria a invasão e dominação de um mundo pelo outro. A lógica instrumental e burocratizante, próprias dos sistemas econômicos, incidiriam agora no “mundo da vida”, aumentando os assuntos e causas a se disputar. Haveria assim uma distinção na natureza da dominação, deixando de ser classista e econômica, passando para o âmbito cultural. A fusão da técnica com a cultura e a extensão dos conflitos econômicos ao âmbito privado modificaram radicalmente a natureza dos movimentos sociais. Eles não mais teriam como meta uma tomada política do Estado, mas sim uma democratização da própria vida cotidiana. Eles nasceram dentro da sociedade civil, voltando-se contra ela mesma, formados por atores marginalizados social e culturalmente, lutando pela transformação de costumes e valores. Assim, os “novos movimentos sociais” afastam-se de causas de redistribuição econômica e se concentram em lutas por “qualidade de vida”, direitos humanos etc.

Os debates conceituais sobre os movimentos

sociais são ainda férteis e bastante ricos. As diferenças e disputas entre correntes interpretativas não foram capazes de apagar do cenário epistemológico nenhuma dessas teorias, fazendo do arsenal conceitual da TMR, TPP ou dos NMS ferramentas correntes e importantes de análise dos movimentos sociais ainda hoje. Assim, o objetivo desse artigo passa por estudar os movimentos de oposição à ditadura militar do Brasil, entre os anos de 1967 e 1968, principalmente a chamada *Passeata dos Cem Mil*, maior manifestação popular antiditatorial, ocorrida até então.

### A Passeata dos Cem Mil

No dia 26 de junho de 1968, numa quarta-feira, por volta das 10 horas da manhã, o Brasil assistiu cerca de cem mil pessoas se aglomerarem nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro para uma manifestação pública contra o governo ditatorial militar; evento mais tarde conhecido como *Passeata dos Cem mil*. Os manifestantes se agruparam, primeiramente, na Praça da Cinelândia, seguindo em passeata pela Avenida Presidente Vargas e Avenida Rio Branco, chegando até a Igreja da Candelária, onde tomariam o rumo do Palácio de Tiradentes. No caminho, as lideranças organizavam comícios relâmpagos e gritavam palavras de ordem contra o inimigo comum a qual investiam. Do alto dos prédios, uma chuva de papel picado era lançada sobre os manifestantes, demonstrando o apoio aos ativistas, criando um clima quase mítico de união popular entre os brasileiros.

Entre os manifestantes, encontravam-se artistas, professores, estudantes, mães de alunos, representantes do clero, freiras, jornalistas, servidores públicos, advogados, políticos cassados etc. Viam-se, no decorrer da passeata, *frames*<sup>2</sup> de mobilização coletiva que condensavam os

---

2 Para Snow e Benford (1988) o conceito de *frame* se refere a um esquema interpretativo desenvolvido por uma coletividade como forma de “compreensão do mundo”, marcos referenciais estratégicos e significativos, utilizados pelos movimentos sociais como forma de demarcação de injustiças, consolidação de interesses e expressões dos significados de uma ação coletiva. Portanto, os *frames* seriam quadros interpretativos que condensam e simplificam a realidade social a níveis manejáveis por indivíduos comuns, de maneira a ressaltar desigualdades e injustiças, capazes de motivar e incentivar as pessoas para a mobilização. Estes *frames* de mobilização coletiva podem ser identificados pelos discursos de um dado movimento social, entrevistas, documentos programáticos, atas de reuniões, faixas, cartazes, panfletos, e demais materiais de divulgação. Esse conceito iria se alargar para dar conta de ciclos mais amplos de protestos, onde se convergem e coadunam diferentes demandas sob marcos referenciais maiores, dando origem ao conceito de *master frame*, definido por Tarrow (2009, p.158) como: “a combinação de novos quadros interpretativos inseridos numa matriz cultural que produz quadros interpretativos explosivos de ação coletiva. Combiná-los depende dos atores envolvidos na luta, dos oponentes que enfrentam e das oportunidades para a ação coletiva”.



anseios e aspirações desses diferentes segmentos sociais, estampados em faixas como: “Liberdade para os presos”, “Abaixo a repressão”, “Mataram um estudante, poderia ser seu filho”, “Liberdade aos artistas”, “Contra a Censura”; “Liberdade”; “Bancários contra a repressão”; “Universidade para o povo”; “As mães em defesa dos filhos”; “Soltem meu filho”, “Intelectuais, clero, mães e pais com os estudantes”, “Jornalistas contra a ditadura”, entre outros.

Aos poucos, essa grande diversidade de segmentos sociais se condensou sob uma bandeira única, que captou demandas distintas sob um *master frame* extremamente eficiente - “Abaixo a Ditadura” -, dando corpo a uma das maiores manifestações populares da história do país. Enquadramentos mais setoriais foram, então, se condensando, dando origem a um imenso protesto que tinha no Estado ditatorial um inimigo comum e constituidor de uma “identidade coletiva” partilhada pelos manifestantes.



*Passeata dos Cem Mil - diferentes demandas dos participantes expressas em faixas e cartazes*

A *Passeata dos Cem Mil* representou o auge de um ciclo de confrontos curto, que marcou a inflexão das diferentes demandas dos segmentos sociais de oposição à ditadura.

Adriano Nervo Codato (2004) identifica o fracasso dos movimentos de oposição ao governo militar, principalmente após o Ato Institucional n. 5, nas dificuldades de resolverem suas heterogeneidades políticas e ideológicas. Dentre os segmentos que engrossavam as fileiras da passeata, encontravam-se: estudantes com tendências marxistas revolucionárias mais radicais, trabalhadores da classe média lutando somente por uma democratização do regime, trabalhadores de classes mais baixas que não conseguiam superar a visão de estado paternalista própria ao regime populista, entre outros (CODATO, 2004). A classe que capitaneou a passeata – estudantes – encontrava-se, até 1968, cindida entre correntes distintas de ação política. Uma corrente defendia lutas mais específicas às causas estudantis<sup>4</sup>, representada pela liderança de Vladimir Palmeira, e a outra priorizava a luta política contra o imperialismo e a ditadura, tendo como líder Luis Travassos (VALLE, 2008). A grande diversidade de segmentos sociais envolvidos na passeata e os interesses distintos que ali se aglutinavam, tornaram latente a força das redes de relacionamento que deram coesão a um movimento social tão heterogêneo, construindo uma identidade coletiva capaz superar demandas tão díspares entre os agentes envolvidos.

Iniciado por volta de março de 1968 e sufocado em dezembro do mesmo, o ciclo de confrontos que culminou com a *Passeata dos Cem Mil* nasceu em um contexto bastante específico do regime militar brasileiro. O intervalo que vai de 1964, ano da tomada do poder pelos militares, até 1968, data da promulgação do Ato Institucional n.5, foi marcado por uma série de disputas internas no interior das classes dirigentes das forças armadas, divididas, grosso modo, em uma “linha dura” ou radical, que defendia o acirramento do regime autoritário e uma ala mais liberal, que acenava para uma redemocratização e aumento das liberdades individuais<sup>5</sup>. Foi esse canário

3 [http://www.vladimirpalmeira.com.br/galeria\\_fotos.asp](http://www.vladimirpalmeira.com.br/galeria_fotos.asp)

4 O que chamamos de causas mais específicas seriam as demandas próprias ao movimento estudantil, ligadas à defesa de um ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, a questão dos “excedentes” (estudantes que obtinham média nos vestibulares, mas não entravam na universidade porque o número de vagas disponíveis era menor do que o de aprovados), melhorias no restaurante universitário conhecido como Calabouço, revogação da lei Suplicy, que excluía os estudantes das decisões políticas, etc.

5 Sobre as disputas políticas no interior das Forças Armadas ver: Codato (2004).

de princípio de austeridade política, mas ainda com possibilidades de liberdade de expressão, que possibilitou a abertura de oportunidades políticas capazes encorajar diferentes grupos a um movimento social desse porte.

A grande imprensa, ainda com relativa liberdade na cobertura dos acontecimentos do período, favorecia uma percepção positiva dessas oportunidades políticas que ali se ofereciam, agindo de maneira a construir um “senso de injustiça” entre classes médias contra o governo militar. Vladimir Palmeira fala do clima de comoção que se criou após a chegada das primeiras notícias sobre as ações do governo militar:

Os acontecimentos haviam provocado um impacto e uma emoção muito grandes e muita gente se juntou naquela noite para discutir os rumos do movimento e a participação de cada um. Eram, sobretudo, artistas e intelectuais, lembro claramente do Callado, do Vergara, do Antônio Pedro, mas havia muitos mais: músicos, professores, cineastas, escritores... (DIRCEU; PALMEIRA, 2003, p. 88)

A *Passeata dos Cem Mil* marcou também a inflexão de dois segmentos sociais, as camadas médias urbanas e a classe estudantil que, na metade da década de 1960, tornaram-se frações numerosas da sociedade brasileira e de crescente importância social e política. Fruto da modernização econômica brasileira, principalmente durante o governo Juscelino Kubitschek, estas camadas médias ascendiam política e culturalmente com recursos simbólicos e financeiros favoráveis ao engajamento em movimentos sociais (FERNANDES, 1975). Junto a essa classe trabalhadora, o segmento estudantil começava a galgar posições de prestígio nos centros urbanos, seja pela necessidade de ocupação de novos postos de trabalho que o desenvolvimento econômico criara, seja pela força sociopolítica que começava a exercer (CAVALCANTI, 2007). A classe estudantil saltou de 56.000 em 1956 para 124.000 em 1963, e se desenvolveu com fortes tradições de enfrentamento político, desde os

anos 50 (protestos contra aumento de passes) até a década de 60, diversificando o repertório de suas manifestações e as demandas almejadas (CAVALCANTI, 2007).

A existência de uma grande massa de indivíduos com recursos para o enfrentamento político, no entanto, não explica de forma satisfatória o engajamento de cem mil pessoas em uma passeata, que contava com diferentes segmentos da sociedade civil. Entender o que leva esta gama tão heterogênea da população a se mobilizar em um movimento social passa por uma análise apurada de dois fenômenos complementares. O primeiro relaciona-se com um período de crises políticas no próprio governo militar, iniciada no final de 67, durante a presidência do marechal Castelo Branco<sup>6</sup>. Estas crises acenaram aos opositores, desprovidos de recursos políticos pelas ações restritivas do governo, uma certa liberdade política e individual, enxergadas como oportunidades favoráveis ao engajamento em um movimento social. O segundo fenômeno se liga a uma série de disputas simbólicas entre governo e opositores quanto ao significado e interpretação da ação militar sobre a sociedade civil. O papel da grande mídia na cobertura dos movimentos estudantis que antecederam a *Passeata dos Cem Mil* – morte do estudante Edson Luís e seu velório, a *Sexta-feira Sangrenta*<sup>7</sup> – iria determinar um processo de ressignificação do golpe militar junto às camadas médias urbanas, criando, no interior desse ciclo de protestos, uma identidade coletiva forte o bastante para unir diferentes segmentos sociais em uma manifestação conjunta.

Essas classes médias urbanas, que engrossavam as fileiras na *Passeata dos cem mil*, foram, no ano de 1964, as principais apoiadoras do golpe militar. Os militares subiam ao poder legitimados por setores dessa classe média, com um discurso de contenção das pressões exercidas pelas classes populares, que ganhavam importância política com o acirramento do populismo. Teria início a chamada “Operação Limpeza”, com medidas governamentais de “intervenção policial nos sindicatos e a repressão aos partidos de esquerda,

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> Manifestação estudantil ocorrida no dia 21 de Junho de 1968, em frente ao Jornal do Brasil, duramente reprimida pela polícia. O enfrentamento levou a morte de dois estudantes.

que correspondem às expectativas das classes que dão suporte ao golpe” (VALLE, 2008, p. 31).

A ampla cobertura dos protestos estudantis no fim de 1967 e início de 1968 iria determinar uma inversão de sentidos quanto à função e presença do governo militar, fazendo com que as classes médias – principais legitimadoras do golpe de 64 – chegassem ao ano de 1968 engrossando o coro de *Abaixo a Ditadura*. Nesse ciclo de protestos, que culminou com a *Passeata dos Cem Mil*, houve uma intensa disputa por símbolos e discursos nacionalísticos, mobilização de recursos simbólicos representativos no período, como as canções de protesto, e o engajamento de figuras de prestígio artístico e social, mobilizando amplos setores sociais ao enfrentamento político.

É patente como a cobertura dada pela imprensa às mobilizações estudantis e às repressões governamentais foram fundamentais para se atingir de maneira afetiva e emocional grande parte da população que se comovia sentimentalmente e depois politicamente com as manifestações. Um exemplo marcante se deu quando as mães dos estudantes em protesto, ao verem publicamente seus filhos humilhados e agredidos por policiais nas ruas do Rio de Janeiro, começaram a se solidarizar com as mobilizações, preocupadas, mais especificamente, com a integridade física e moral dos seus filhos. Assim afirmou a mãe de um dos estudantes, durante a *Passeata dos Cem Mil*:

[...] Nossos filhos expressam seus anseios que são o direito de estudar e de participar da vida pública de seu país. Não vamos continuar assistindo impassíveis às humilhações e ao massacre de que estão sendo vítimas os nossos filhos. Queremos assim manifestar a mais viva repulsa às últimas violências e pedir ao povo brasileiro que nos apóie com sua compreensão e nos acompanhe em nosso protesto. (*Apud.* CUNHA, 2000: 16)

A atuação do governo ditatorial, que vai de 1964 até 1985, não pode ser entendida de maneira linear, nem evolutiva. O desenrolar do regime foi marcado por “ciclos de repressão” – “intensificação do autoritarismo” – e “ciclos de liberalização”, ou

seja, “atenuação das restrições sobre a atividade política” (CODATO, 2004, p. 14). Tomando como base o quadro oferecido por Adriano Nervo Codato (2004) é possível perceber como a *Passeata dos Cem Mil* encontra-se situada em um período de “liberalização”, intercalado entre dois expressivos “ciclos de repressão”. Este meio termo fez com que a sociedade civil percebesse de forma significativa as estruturas de mobilização que ali se apresentavam. O acirramento das políticas opressivas e uma relativa liberdade de imprensa e individual (lembrando que a *Passeata dos Cem Mil* foi autorizada pelo governo) deram aos opositores do regime militar as oportunidades políticas favoráveis ao enfrentamento. A resposta da sociedade civil a estas oportunidades foi uma intensa mobilização em torno dos grupos de esquerda mais organizados até então, os estudantes.

#### CICLOS POLÍTICOS DO REGIME DITATORIAL-MILITAR<sup>8</sup>

Ciclos de "repressão"	Ciclos de "liberalização"
1) 1964-1965: eliminação dos atores políticos ligados ao populismo (líderes partidários, sindicais) e a posições de "esquerda" em geral (AI-2);	1) 1965: adoção de uma "política de retorno à normalidade" pelo governo Castello Branco, a fim de "constitucionalizar" o regime (AI-4);
2) 1966-1967: consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional n. 2 em outubro de 1965;	2) 1967-1968: adoção da "política de alívio" pelo governo de Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição;
3) 1969-1973: enfrentamentos com a luta armada e substituição de um aparelho repressivo-militar;	3) 1974-1976: "política de distensão", adotada no início do governo Geisel;
4) 1975-1976: concentração da repressão em São Paulo a fim de enfrentar a emergência de uma grande frente de oposição;	4) 1977-1979: retomada da "distensão" pelo governo Geisel após o "pacote de abril" de 1977, tendo como objetivo final a revogação do Ato Institucional n. 5;
5) 1979-1984: repressão aos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente o novo movimento sindical.	5) 1979-1984: continuidade da "política de distensão" na "política de Abertura" do governo Figueiredo.

Costa e Silva sobe ao poder em março de 1967 com um discurso de liberalização gradual dos direitos políticos e sociais. No entanto, entre março de 1967 e março de 1968 ocorre uma significativa reestruturação dos grupos dirigentes dentro das próprias forças armadas. A ala chamada de “castelista”, que acenava para uma redemocratização, vai perdendo espaço para a “linha dura”, que defendia um aprofundamento das repressões (CODATO, 2004). A contradição entre as duas correntes deixa evidente uma “crise ideológica latente no interior da coalizão

8 Codato, 2004, p. 14.



politicamente dominante” (CODATO, 2004, p. 21), que sinalizava aos opositores oportunidades políticas favoráveis à mobilização. Tem-se, assim, o início de um intenso ciclo de protestos que culminou com a *Passeata dos Cem Mil*, a maior manifestação popular anti-ditatorial realizada até então. Segundo Codato:

De um ponto de vista mais geral, “a intensificação do protesto estudantil, favorecida pela liberalização [de 1967-1968] constituirá o fator imediato da eclosão das manifestações antiditatoriais das camadas médias tradicionais”: os profissionais liberais (liderados pela OAB) e o “movimento feminino”, que ressurgiu então depois das “Marchas da Família” de março de 1964 com uma prédica oposta. A onda de protestos conduzida pelas vanguardas estudantis encontrará, assim, “sua ‘massa’ não apenas nas bases estudantis, mas também em outros setores sociais como as camadas médias tradicionais”. Embora essa aliança nunca tenha sido integral, dois elementos permitiram tal encontro político: a) o caráter antiditatorial e anti-repressivo de suas manifestações e b) o efeito social provocado pela política econômica excludente. Nesse sentido, são paradigmáticos dessa “aliança” o “Dia do Luto” no Rio de Janeiro, onde cerca de 50 mil pessoas acompanharam o enterro de Edson Luís em 30 de março, além da própria manifestação dos Cem Mil (CODATO, 2004, p. 21).

No entanto, é incompleta a análise da *Passeata dos Cem Mil*, assim como do ciclo de protestos no qual ela se insere, como resultado único de crises políticas no interior do governo militar. Havia, é claro, estruturas favoráveis à mobilização popular durante o período: movimentos de esquerda já organizados, liberdade de imprensa, redes de comunicação entre os agentes (impressões de panfletos e a própria imprensa), claras cisões no interior da coalizão política dominante etc. Todavia, fatores menos ligados às estruturas objetivas e mais relacionados a experiências afetivas e emocionais dos agentes seriam determinantes para a consolidação de um movimento social tão heterogêneo. A manipulação de signos e as disputas de sentido em torno dos acontecimentos que se desenrolavam iriam compor, junto das oportunidades políticas ali oferecidas, a equação

completa que resultaria na *Passeata dos Cem Mil*.

Nas disputas simbólicas que envolviam opositores e governo militar, um evento seria determinante. No dia 28 de março de 1968, morre assassinado com um tiro no peito o estudante Edson Luís, em um protesto estudantil contra o aumento do preço da refeição do restaurante universitário conhecido como Calabouço. Os aparelhos midiáticos seriam palco de uma competição intensa na determinação dos sentidos que envolviam a morte do estudante. No interior destas disputas a morte de Edson Luís passaria a ser carregada de representações simbólicas distintas, cada uma tentando, a seu modo, ganhar legitimidade junto à sociedade civil e, conseqüentemente, mobilizar a população a seu favor. Por um lado, o governo militar tentava, a todo custo, usar a morte do estudante como forma de disseminação da ideia de defesa da ordem pública, ressaltando a importância da atuação repressiva do governo junto aos opositores, taxados de “baderneiros”, “comunistas” etc. Por outro lado, o movimento estudantil tenta ressaltar o valor de crueldade e injustiça na morte do estudante, evidenciando a causa “justa” pela qual lutava, bem como sua origem humilde, tentando sensibilizar a população para o movimento. Ambos os grupos em disputa pela “legitimidade” da morte de Edson Luís iriam incidir sobre a sociedade civil por meio da grande mídia, trazendo mensagens e discursos muito distintos, a fim de comover a população e angariar recursos simbólicos para as causas que defendiam.

O jornal *Correio da Manhã*, de 30 de março de 1968, traz em destaque o depoimento do general Osvaldo Niemayer Lisboa, superintendente da Polícia Executiva, acusado de comandar o massacre:

Sabíamos que, nos últimos dias do corrente mês, se processariam, na Guanabara, manifestações estudantis [...] contra a ONU, contra a intervenção americana no Vietnã, contra o governo do país, e assim perturbando as comemorações do aniversário da revolução de 31 de março. [...] As manifestações, sem autorização do órgão responsável pela preservação da ordem pública, seriam ilegais e, portanto, não poderiam ter lugar.

Preocupados em manter a ordem e evitar atritos

e tumultos propositadamente provocados por elementos interessados, tivemos a preocupação de determinar à Polícia Militar da Guanabara que se colocasse em condições de impedir o deslocamento dos participantes desta concentração da área vizinha ao chamado restaurante Calabouço. Permitiu-se que, no interior da mesma, se manifestassem da maneira que quisessem, sem a presença da polícia. Mesmo assim, preocupados que as ordens fossem rigorosamente cumpridas, procuramos acompanhar, de perto e pessoalmente, o desenrolar dos acontecimentos, sem neles interferir, já que os executantes estavam de posse de todas as instruções. Quando lá chegamos, ocasião em que também chegava um choque da PMEG, verificamos que os elementos avançados da passeata que atravessavam a Avenida Marechal Câmara recuaram rapidamente para o beco de saída, quando então vimos um clarão seguido de uma detonação e mais duas ou três detonações de arma de fogo, tudo partindo do fundo do beco. (...) Cumpre-nos acentuar que, por determinação do Secretário de Segurança Pública, empregamos todos os esforços na manutenção da ordem pública, mas com absoluto respeito à integridade física e moral das pessoas.

O modo ilegal da tentativa de passeata, a agressividade demonstrada, as causas e razões apresentadas pelos manifestantes, o impedimento de assistência médica aos feridos, os pronunciamentos etc. etc. atestam sobremaneira a origem e finalidade destas demonstrações. (...) (Apud: VALLE, 2008, p. 41-42)

O mesmo jornal trouxe, no dia 29 de março de 1968, a matéria intitulada *Assassinato*, defendendo claramente os estudantes:

Estudantes reuniram-se ontem, no Calabouço, para protestar contra as precárias condições de higiene do seu restaurante. Protesto justo e correto. (...) Apesar da legitimidade do protesto estudantil, a Polícia Militar decidiu intervir. E o fez à bala. (...) Não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos. Diante desta evidência cessa toda discussão sobre se os estudantes tinham ou não razão – e tinham. E cessam os debates porque fomos colocados ante uma cena de selvageria que só pela sua própria brutalidade se explica. Atirando contra jovens desarmados, atirando a esmo, ensandecida pelo desejo de oferecer à cidade

mais um festival de sangue e morte, a Polícia Militar conseguiu coroar, com esse assassinato coletivo, a sua ação, inspirada na violência e só na violência. (Apud. VALLE, 2008, p. 45)

Uma espécie de debate estava se construindo em meios públicos, onde duas visões de um mesmo acontecimento disputavam a legitimidade junto à sociedade civil. O depoimento do general Osvaldo Niemayer Lisboa faz questão de ressaltar a disposição inicial e principal da polícia de manter uma ordem pública, a “legalidade” das práticas políticas, afirmando a possibilidade de “tumultos propositadamente provocados por elementos interessados”. A fala do general da Polícia da Guanabara possui uma convergência direta com o discurso militar ao assumir o poder em 1964. A necessidade de manutenção da ordem pública aliada a uma defesa contra práticas comunistas, fundadas em um discurso nacionalista, foi o centro do discurso militar que levou ao golpe de 1964 (VALLE, 2008). Estas justificativas reaparecem nos discursos governamentais para explicação da morte de Edson Luís, de maneira a tornar o acontecimento uma espécie de realidade comprobatória da função e importância do governo militar junto às classes médias, que apoiaram o golpe quatro anos antes.

O discurso estudantil apelou para um tom mais sentimentalista em torno do acontecimento, ressaltando a morte de um “inocente”, “indefeso”, “pobre”, “trabalhador”, recém chegado ao Rio de Janeiro, longe dos predicativos de “liderança”, “comunista”, “agitador” etc. (VALLE, 2008, p. 69). A visão da classe estudantil acerca da morte de Edson Luís tenta vincular à ação governamental o tom de gratuidade e crueldade junto a um cidadão “comum”. Portanto, o corpo do estudante torna-se um corpo representado, símbolo da totalidade do povo brasileiro, do “cidadão normal”, em que a violência contra ele investida se tornara a violência contra “qualquer um”, e por isso mesmo sintetizava o perigo oferecido a todos os cidadãos.

Em meio a esta disputa simbólica em torno do acontecimento, um marco referencial se constrói no interior do discurso estudantil, legitimado e propagado pela grande mídia: “*Mataram um estudante, poderia ser seu filho*”

(DIRCEU; PALMEIRA, 2003, p. 85). Esta forma de enquadramento iria sensibilizar e mobilizar um segmento social decisivo na legitimidade do movimento estudantil, enquanto representante de um movimento popular mais geral. As mães dos estudantes se engajaram nos protestos, tomando frente nas passeatas com faixas e cartazes que evocavam o “cidadão comum” e propalavam que a integridade física e moral dos seus filhos representaria a própria integridade do “povo brasileiro”.

É claro que a grande mídia não se colocou toda a favor dos estudantes. Enquanto o jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, chama a causa estudantil de “justa” e “legítima”, evidenciando a crueldade da ação policial, o jornal *Visão* afirma que a ação da PM deu ao movimento estudantil a bandeira que precisava, justificando a necessidade do governo “de manter a ordem diante da opção dos estudantes pela violência e do despreparo da polícia” (VALLE, 2008, p. 72). Maria Ribeiro do Valle (2008) afirma que se desenvolveu nesse período uma disputa pela “legitimidade da violência” que, com o desenrolar dos acontecimentos – velório e enterro de Edson Luís e a *Sexta-feira Sangrenta* – iria pender a favor dos estudantes.

O conceito de identidade coletiva, segundo Melucci (1996), faz referência a um processo intenso e duradouro de ação interativa entre agentes, definindo representações conjuntas capazes de orientar a ação coletiva dentro de um campo de oportunidades e constrangimentos. Fica evidente, no caso aqui analisado, como a identidade coletiva dos diferentes ativistas que se engajaram nas manifestações de 1968 se construiu dentro do próprio ciclo de protestos que se irrompeu com a morte de Edson Luís. Através dos debates via imprensa, que redefiniram o significado dos acontecimentos ali em disputa e por meio de recursos simbólicos e culturais da época, foi se solidificando laços de união entre os diversos segmentos sociais que se opunham ao governo ditatorial militar.

A repercussão da morte de Edson Luís e as representações que daí emanam foram

fundamentais, primeiramente, para a união do próprio movimento estudantil<sup>9</sup> em um discurso mais articulado e unido, angariando assim a solidariedade de amplas parcelas da sociedade civil. A partir de então, o luto pela morte do estudante passa a representar o luto de toda uma nação.



*Imagens do velório de Edson Luís na igreja da Candelária, onde o caixão, envolto em uma bandeira nacional, se mistura com diferentes manifestantes<sup>10</sup>*

Após a morte de Edson Luís os eventos que se seguiram tornaram-se públicos, com a participação de amplas parcelas da população, em oposição ao inimigo comum, eleito como “culpado” pela morte do estudante. O intervalo entre o velório e a missa de sétimo dia foi de extrema mobilização entre os ativistas – agora compostos por diferentes segmentos da sociedade – e pela ameaça de estado de sítio pelos governistas (VALLE, 2008). A missa de sétimo dia foi um evento premeditadamente organizado para protestar contra ditadura militar. O governo reprimiu com veemência os manifestantes e o resultado foi, mais uma vez, uma guerra pública de discursos e imagens. No entanto, a grande mídia, que havia ressaltado a “violência” contra os estudantes uma semana antes, encontrava-se amplamente infiltrada no interior do movimento, o que geraria a circulação de imagens “chocantes”, de prisões e agressões dirigidas contra os manifestantes.

9 Sobre as correntes no interior do movimento estudantil ver: Groppo (2007)

10 Ver: <https://luizmuller.com/2013/03/28/ha-45-anos-cortejo-de-estudante-assassinado-repudiava-ditadura/>





*Imagens da repressão policial aos manifestantes que se encontravam no velório de Edson Luís, próximo à Candelária<sup>11</sup>*



*Imagens das manifestações populares durante o velório de Edson Luís, em destaque bandeiras de diferentes segmentos sociais<sup>12</sup>*

O resultado da manifestação e de sua repercussão foi uma solidificação das redes e laços construídos desde o dia do assassinato e um encorajamento para enfrentamentos futuros, tanto no Rio como em outros estados. Entre os dias 19 e 21 de junho duas passeatas foram organizadas em protesto contra o governo militar. Estas agora contariam com um amplo apoio popular, desde artistas até membros do clero iriam engrossar o coro de *Abaixo a ditadura*. A polícia as reprimiu e o resultado foi uma cobertura total das cenas de violência que estamparam os jornais no dia seguinte. O Jornal Correio da Manhã traz em destaque a matéria com o título *Polícia chegou atirando*:

Toda a agitação que dominou o centro da cidade na tarde de ontem começou pouco depois do meio-dia (...) quando dois soldados da PM que guardavam a entrada lateral da embaixada, acompanhados de agentes do DOPS e da Polícia Federal, à paisana, abriram fogo contra os estudantes, que já haviam feito sua concentração no pátio do MEC e caminhavam em direção ao calabouço. (Apud. VALLE, 2008, p.112)

A adesão de amplas parcelas da população e a repercussão das manifestações deram poder de barganha aos opositores. Segunda Maria Ribeiro do Valle (2004), durante todo o ciclo de protestos que se irrompe em 1968, existiu, por parte do governo, um “clima de incerteza” política, traduzido em constantes promessas de redemocratização e atendimento das reivindicações; mas que acabou com um acirramento da militarização, com os crescentes boatos sobre um novo ato institucional.

O engajamento político de artistas nesse ciclo de protestos contra ditadura representou um ganho simbólico elevado para o movimento. Sejam como tradutores de uma cultura brasileira ou representantes de causas populares, o discurso desses artistas deu força e legitimidade ao movimento junto à sociedade civil e à esfera pública. Foi também marcante o uso de canções populares durante estas manifestações, como forma de maximização de sentimentos de revolta e protesto contra o governo militar. Durante a década de 1960, a música popular tornara-se um veículo artístico e cultural decisivo de interpretação do Brasil e protesto contra as desigualdades sociais da nação. Foi através da música que artistas de diversas partes do Brasil cantavam as mazelas do país, as diferenças econômicas e uma possibilidade de união popular. O sucesso desse tipo de canção, catapultado pelos festivais da canção, elevava o clima de união popular e mobilizava a classe artística e amplas parcelas da sociedade civil nas manifestações.

Foi durante esse contexto que se forjou uma idéia de “povo”, junto à classe estudantil e artística que, no interior dos CPCs da UNE,

11 Ver: <http://reino-de-clio.blogspot.com/2016/06/passeata-dos-cem-mil.html>

12 Ver: [http://www.vladimirpalmeira.com.br/galeria\\_fotos.asp](http://www.vladimirpalmeira.com.br/galeria_fotos.asp)



amalgamava os projetos políticos de esquerda, presentes no anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura. Esta concepção de “povo” se desenvolveu também em um *máster frame* importante durante a *Passeata dos Cem Mil*, pois representava os anseios de união entre estudantes, artistas e classe populares em geral.



*Imagens da Passeata dos cem mil, em destaque a faixa Povo no Poder<sup>13</sup>*

Durante o governo militar existiam dificuldades “de identidade e de representação de classe, principalmente as subalternas” (RIDENTI, 2000, p. 52). Neste ciclo de protestos, feito na sua maioria pelas classes médias urbanas, os artistas passaram a ter uma função estratégica dupla, derivada do prestígio social que desfrutavam. Primeiramente, eram representantes e tradutores de demandas populares – classe social ambicionada mas não abarcada nas manifestações<sup>14</sup> – além de darem força política de diálogo e barganha ao movimento. De igual importância, as “canções de protesto”, extremamente populares no período, devido à difusão dos meios de comunicação e o sucesso dos conhecidos festivais, se convertiam em fortes símbolos políticos apropriados pelo movimento, ajudando, tanto no processo de mobilização quanto na construção de identidades entre os agentes<sup>15</sup>. Músicas como *Pra não dizer que não te falei das flores*, de Geraldo Vandré, cantada repetidas vezes durante a *Passeata dos Cem Mil*, acabaram se tornando recursos

mobilizados pelos movimentos antiditatoriais, muito eficientes na consolidação de dimensões simbólicas representativas, capazes de provocar emoções e reforçar as interpretações da realidade social.

A ampla repercussão das repressões policiais durante a *Quarta-feira* e *Sexta-feira Sangrentas* foi decisiva para o engajamento de cem mil pessoas na passeata de 26 de junho. A força de diálogo conquistada pelo movimento, seja pela presença de figuras de grande importância social e política seja pela presença de amplas parcelas da população, fez com que a *Passeata dos Cem Mil* fosse autorizada pelo governo, o que deu o tom pacífico à manifestação.

O repertório utilizado na manifestação de 26 de junho – passeatas – não era novidade nos protestos já realizados no Rio de Janeiro. Mais importante que o repertório empregado pelos manifestantes, o trajeto feito por eles era carregado de simbolismo, uma vez que evocava tradições e memórias coletivas do povo carioca. Durante a passeata, inúmeros pontos significativos da cidade tinham referência com os séculos em que o Rio de Janeiro foi o centro político brasileiro e palco decisivo de revoltas e manifestações.



*Trajeto da Passeata dos Cem Mil, partindo da Cinelândia chegando até o Palácio de Tiradentes<sup>16</sup>*

13 [http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_4.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_4.html)

14 Sobre o caráter elitista da Passeata dos cem mil ver: Codato (2004).

15 Sobre a importância de músicas em movimentos sociais ver: Ron Eyerman e Andrew Jamison (1998).

16 Ver: <http://www.vladimirpalmeira.com.br>

O ponto inicial da passeata – Cinelândia – já tinha sido palco dos enfrentamentos que colocaram fim à República Velha nos anos 1930 e ali perto também ocorrera a morte do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço. Tangenciando a Cinelândia ocorreu o cortejo fúnebre de líderes políticos, como Getúlio Vargas, e de artistas populares, como Francisco Alves. Ali também ocorreram as comemorações da conquista do primeiro título mundial de futebol do Brasil. A Avenida Rio Branco já havia sido palco das manifestações estudantis e das repressões policiais, publicamente conhecidas, o mesmo acontecendo com a Igreja da Candelária. O fim da passeata – Palácio Tiradentes –, quase à beira mar, foi um dos caminhos que levaram os manifestantes à Praia de Botafogo, onde ocorreu a *Sexta-Feira Sangrenta*. Em suma, as representações simbólicas que envolvem os locais da *Passeata dos Cem Mil* revigoram um espírito de pertencimento dos manifestantes, evocando a própria história do Rio de Janeiro e se consolidando em uma ampla e densa rede de identificação popular.

É difícil uma mensuração exata dos efeitos da *Passeata dos Cem Mil*. A promulgação do Ato Institucional n. 5 pode ser entendida como uma resposta direta aos movimentos sociais que se avolumavam durante ano de 1968 e que culminou no acirramento da militarização, ou como um desdobramento interno das próprias forças políticas em disputa dentro da coalizão dominante, desprezando, neste sentido, as possíveis pressões exercidas pelos movimentos do período.

Se os resultados políticos da *Passeata dos Cem Mil* são ainda incertos, é inquestionável como a passeata acabou por transformar os espaços por onde passou em “espaços de memória”, “patrimônios culturais” que deram força a inúmeras manifestações de massa nos anos seguintes (CUNHA, 2000). Os locais do trajeto da passeata tornaram-se espaços de representação, símbolos de uma união popular que mais tarde seriam ressignificados por outros movimentos. A Igreja da Candelária, a Avenida Rio Branco e a Cinelândia, enfim, todo o trajeto da *Passeata dos Cem Mil* passou a representar junto ao imaginário popular um clima mítico de luta pelos direitos civis, tornando-se, nesse

sentido, palco de diferentes manifestações que se utilizavam das imagens evocadas por estes locais como forma de engajamento popular e legitimidade junto à sociedade civil. Nestes locais onde ocorreu a passeata se processaram várias das manifestações pela redemocratização em 1984, o movimento conhecido como *Brizolandia* nas décadas de 1980 e 1990, a *Caminhada pela Paz* em 1995, entre muitas outras manifestações (CUNHA, 2000).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009.

CAVALCANTI, Alberto R. *Música popular: janela-espelho entre o Brasil e o mundo*. 2007. 411 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COHEN, Jean. *Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements*. **Social Research**, vol 52, n.4, 1985.

CODATO, Adriano Nervo. *O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas*. In: Revista História: **Questões & Debates**, no. 40, pp.11-36. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

CUNHA, Simone Dubeux Berardo Carneiro da. *A Passeata dos “Cem Mil” na Cidade do Rio de Janeiro no Ano de 1968*. **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. GT 1 Biografia e Memória, Petrópolis: Rio de Janeiro, 23 a 26 de Outubro de 2000.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: O Movimento de 68 Contado por seus Líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 2003.

EYERMAN, Ron e JAMISON, Andrew. *Music and social movements: mobilising traditions in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GOIRAND, Camille. *Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada*. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 44, p. 323-354, julho-dezembro de 2009.
- GROPPO, Luís Antonio. *As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967*. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.
- HABERMAS, Junger. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde:1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- McCARTHY, Jonh; ZALD, Mayer. *Resource mobilization and social movements: a partial theory*. **American Journal of Sociology**, vol. 82, n 6, 1977.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas*. **Revista eletrônica de ciências sociais (CSOnline)**, n.º. 2, ano I, 2007. (Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline> , acessado em 25/07/2010)
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SNOW, David A; BENFORD, Robert. “*Ideology, frame resonance and participant mobilization*”. In: *International Social Movement Research*, v, 1988.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. “*Repertoires of Contention*” in *Regimes and Repertoires*. Chicago University press, 2006.
- VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.
- Fontes de imagens:**
- Acervo de *Vladimir Palmeira*: [http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_4.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_4.html)
- Memória do Movimento Estudantil*: <http://www.mme.org.br>
- Jornal A Tarde On Line*: <http://www.atarde.com.br/fotos/index.jsf?id=904354>
- Site do *Ministério da Justiça*. A trajetória das passeatas: [http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo\\_rotas\\_100121.swf](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf)

